

# LINGUASAGEM

## O GÊNERO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS *ISTO*, *ISSO* E *AQUILO*: UM ESTUDO HISTÓRICO E HISTORIOGRÁFICO

Rogério Augusto Monteiro Cardoso<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa a uma análise histórica e historiográfica dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*. Pela perspectiva histórica, busca-se evidenciar que tais demonstrativos são resquícios diacrônicos de formas neutras latinas, coligindo para esse fim informações constantes em obras de relevo da Linguística Histórica. Pela perspectiva historiográfica, analisam-se 16 gramáticos lusófonos de variadas épocas, a fim de descrever e interpretar indutivamente as escolhas classificatórias de cada autor. Ao todo, quatro gramáticos os classificam como masculinos, cinco como neutros, um como palavras de gênero indeterminado, enquanto os demais nada informam sobre o assunto. O equilíbrio desses números prova o quão controverso tem sido o tema ao longo da gramaticografia portuguesa, mesmo entre gramáticos coetâneos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística; Histórica; Historiografia; Demonstrativo.

### ABSTRACT

This article aims at a historical and historiographical analysis of the demonstrative pronouns *isto*, *isso* and *aquilo*. From a historical perspective, we seek to demonstrate that such demonstratives are diachronic traces of neutral Latin forms, collecting for this purpose information contained in important works in Historical Linguistics. From a historiographical perspective, 16 Portuguese-speaking grammarians from different periods are analyzed in order to inductively describe and interpret the grammatical each author's classificatory choices. In total, four grammarians classify them as masculine, five as neuter, one as words of indeterminate gender, while the others say nothing about the subject. The balance of these numbers proves how controversial the topic has been throughout Portuguese grammaticography, even among contemporary grammarians.

**KEY-WORDS:** Linguistics, Historical, Historiography, Demonstrative.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras - Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (2016), mestre em Filologia do Português pela Universidade de São Paulo (2019) e doutor em Linguística também pela Universidade de São Paulo (2023). Professor substituto de Latim e História da Língua Portuguesa na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2023 e 2024. Professor de Redação e Linguagem Jurídica na Faculdade Santa Teresa. E-mail: [rogerackbar@gmail.com](mailto:rogerackbar@gmail.com). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7927899914817111>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4953-6175>

O gênero dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* vem ensejando controvérsias classificatórias ao longo de toda a história da gramaticografia portuguesa, isto é, desde a publicação de sua pioneira obra, a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, em 1536, até os dias atuais. Uns os classificam como neutros por se tratar de evoluções históricas dos demonstrativos latinos neutros *istud* (> *isto*), *ipsum* (> *isso*) e (*accu*)*illud* (> *aquilo*); outros, porém, os classificam como masculinos alegando que o gênero neutro, enquanto propriedade gramatical, inexistente por completo em português. Tais controvérsias, por si sós, já ensejam relevantes questionamentos, a saber: os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* são de fato vestígios diacrônicos do gênero neutro latino? Se realmente o forem, que argumentos podem utilizar os gramáticos de perspectiva sincrônica para enquadrá-los como masculinos? Mais do que isso, houve alguma influência palpável do momento histórico e da conjuntura intelectual sobre as escolhas classificatórias dos gramáticos ao longo de quase cinco séculos?

Para dar respostas minimamente satisfatórias a esses questionamentos, este artigo opera no escopo de duas disciplinas: a Linguística Histórica e a Historiografia Linguística. Embora tenham denominações parecidas, elas têm objetivos e métodos distintos, conforme se verá adiante na seção concernente aos fundamentos e aos métodos da pesquisa. Na sequência, há uma breve descrição diacrônica dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, a fim de demonstrar que eles são de fato vestígios do gênero neutro latino, e depois um estudo efetivamente historiográfico de 16 gramáticos, tanto portugueses quanto brasileiros, a fim de **descrever** e **interpretar** o modo como eles classificam os pronomes demonstrativos em discussão. Ao cabo, consta uma tabela sinótica com as escolhas classificatórias de cada autor, bem como as conclusões do artigo.

## Fundamentos e métodos: uma brevíssima exposição

### A Linguística Histórica

Como disciplina autônoma, a Linguística Histórica alcançou o seu apogeu no século XIX, quando reinava hegemônico o chamado método histórico-comparativo, por meio do qual os estudiosos se punham a buscar parentescos entre as línguas e, à medida do possível, a reconstruir as feições das línguas ancestrais, a exemplo do protoindo-

européu. O espírito de época (*Zeitgeist*) naturalista e cientificista, bem como o próprio Romantismo, fez crescer entre os homens um genuíno interesse pela origem dos povos e das nações, criando uma conjuntura intelectual muito propícia ao florescimento da disciplina. Segundo Viaro (2011, p. 64), as obras inaugurais da Linguística Histórico-Comparativa vieram a lume pelas mãos do dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), autor de um estudo comparativo entre as línguas escandinavas<sup>2</sup>, datado de 1814 e publicado quatro anos depois, e do alemão Franz Bopp (1791-1867), autor de um estudo comparativo do sistema de conjugação verbal de línguas indo-europeias<sup>3</sup>, datado de 1816. Nas décadas subsequentes, muitos nomes ajudaram a expandir o conhecimento da história das línguas, a exemplo de Jakob Grimm (1785-1863), August Schleicher (1821-1868), Friedrich Diez (1794-1876) e Hugo Schuchardt (1842-1927), só para citar alguns. À época, estudar cientificamente uma língua implicava estudar a sua história, passando tanto pela história sociopolítica do povo que a fala quanto pelas mudanças internas ao sistema linguístico; todavia, esse estado de coisas mudou na transição do século XIX para o século XX com o advento do Estruturalismo, que recolocou em primeiro plano os estudos de perspectiva sincrônica.

Em linhas gerais, Silva (2008) assim define a Linguística Histórica:

Tradicionalmente, descreve-se a linguística histórica como o campo da linguística que trata de **interpretar mudanças** – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou família de línguas é **utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em determinável território**, não necessariamente contínuo. (Silva, 2008, p. 8, grifos nossos).

A definição de Silva (2008, p. 8) não deixa dúvidas de que o objeto da Linguística Histórica é a **mudança da língua através dos tempos**, também chamada de **variação diacrônica**, que pode incidir sobre todos os níveis linguísticos: fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical. A ideia de “interpretar mudanças” implica que ao linguista histórico não basta apontar ou enumerar alterações na língua; é preciso investigar as **causas desses fenômenos**, que podem ser intralinguísticas,

---

<sup>2</sup> *Undersøgelse om det gamle Nordiske eller Islandske Sprogs Oprindelse* (“Ensaio sobre a origem do nórdico antigo e da língua islandesa”).

<sup>3</sup> *Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache* (“Sobre o sistema de conjugação da língua sânscrita em comparação com os das línguas grega, latina, persa e germânica”).

extralinguísticas ou uma combinação de ambas. Por exemplo, um fenômeno fonético típico da história do castelhano foi a aspirantização da consoante labiodental [f] em [h] em posição inicial: *filium* > *fijo* > *hijo* (“filho”); *facere* > *facer* > *hacer* (“fazer”)<sup>4</sup>. Do ponto de vista intralinguístico, essa mudança seria em parte explicável por terem ambas as consoantes, [f] e [h], o mesmo modo de articulação fricativo; porém, como se explicaria a ocorrência da aspirantização em castelhano frente à manutenção da consoante labiodental [f] em português no mesmo ambiente fônico, gerando as formas cognatas *filho* e *fazer*? Por que a mudança ocorreu numa língua, mas não na outra, haja vista a convivência ininterrupta entre elas na Península Ibérica? É que, do ponto de vista extralinguístico, esse fenômeno fonético se explica pelo contínuo contato da língua castelhana com o adstrato basco no nordeste peninsular, a centenas de quilômetros de onde floresceu a língua portuguesa, que ficou imune a tais influências. Segundo Pidal (1950, p. 201), o fonema [f] não existia nas antigas línguas ibéricas, de modo que a população local pronunciava outras consoantes fricativas em seu lugar. A documentação castelhana sugere que transformação de [f] em [h] tenha ocorrido entre os séculos XII e XV, mas, logo no século seguinte, a consoante aspirada se emudeceu na fala diária e fez surgir a moderna pronúncia das palavras *hijo* e *hacer*, assim transcritas: [ˈixo] e [aˈθer] ou [aˈser]. Ou seja, o *h* ortográfico inicial aí presente é apenas um vestígio da antiga aspiração (Bassetto, 2010, p. 69).

Passada a definição, convém lançar luzes sobre algumas das características fundamentais do processo de mudança linguística, tomando por base o livro de Bybee (2020). Em primeiro lugar, todas as línguas naturais vivas estão sujeitas à mudança ao longo do espaço geográfico e do tempo histórico, no que se diferenciam das línguas mortas e das artificiais, que permanecem virtualmente imutáveis<sup>5</sup>. Afinal, seria desarrazoado conceber a existência de sociedades dinâmicas cujos idiomas permanecessem estáticos e engessados. Em segundo lugar, a mudança incide em todos os níveis linguísticos (fonético, morfológico, sintático, semântico e lexical), como foi dito no parágrafo anterior, mas é no nível fonético que ela incide com maior grau de regularidade (Bybee, 2020, p. 55). Exemplifica-o a referida aspirantização do [f] em [h] em castelhano, que ocorreu com razoável regularidade numa época e num ambiente

<sup>4</sup> Advirta-se que a aspirantização da consoante [f] inicial não ocorreu diante de [r] ou [we]: *frigidum* > *frío*; *focum* > *fuego*.

<sup>5</sup> Apesar de ser uma língua artificial, o esperanto vem experimentando algum grau de variação dado o aumento do número de falantes esperantistas em várias partes do mundo.

fônico bastante específico. Esse mesmo fenômeno, aliás, traz à baila outra característica inerente ao processo de mudança linguística: a sua gradualidade (*ibidem*, p. 33). Com efeito, a aspirantização do [f] inicial em castelhano teria começado no século XII e se concluído no século XV (Bassetto, 2010, p. 69), de modo que as formas variantes *fijo* e *hijo* concorressem uma com a outra durante muito tempo até que a variante inovadora, enfim, sobrepujasse a conservadora. A gradualidade do processo explica por que a maioria dos falantes não se apercebe de que a sua língua está mudando; afinal, caso ela mudasse em movimentos abruptos, surgiriam incômodas barreiras comunicativas entre os interlocutores. Por último, cumpre salientar que a mudança linguística não é em si algo bom ou ruim, uma vez que ela não melhora nem piora o potencial semiótico de nenhum idioma (Bybee, 2020, p. 47). Embora os falantes mais cultos sejam habitualmente refratários ao fenômeno da variação como um todo, não deve o linguista histórico tecer sobre isso quaisquer juízos de valor, que não condizem com o seu fazer científico. O seu papel, convém insistir, é o de apontar e interpretar as mudanças no curso histórico das línguas.

### A Historiografia Linguística

Nos últimos séculos, tornou-se prática comum entre os estudiosos da linguagem fazer breves retrospectivas históricas nos prefácios e nas introduções de suas obras, seja para dar continuidade às ideias dos seus predecessores, seja para romper com estas. Dentre as mais antigas retrospectivas dessa natureza, está um prefácio denominado *Discours préliminaire*, elaborado em 1796 por François Thurot, que o incluiu na sua tradução francesa da obra *Hermes: Or, a philosophical inquiry concerning universal grammar*, de James Harris (Altman, 2012, p. 14-15). Depois, na segunda metade do século XIX, vieram a lume certas obras de teor compilatório ou antológico, com o intuito de coligir as principais reflexões sobre a linguagem, desde a Antiguidade Clássica até a Idade Contemporânea. É o caso do extenso tratado de Karl Brugmann<sup>6</sup>, publicado em seis volumes de 1886 a 1893, e do livro introdutório de Berthold Delbrück<sup>7</sup>, datado de 1880 (Koerner, 1994:2014, p. 19-20). Mais tarde, cresceu o número de compilações sobre a História da Linguística, com destaque para as de

---

<sup>6</sup> *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen* (“Fundamentos da gramática comparada das línguas indogermânicas”).

<sup>7</sup> *Einleitung in das Sprachstudium* (“Introdução ao estudo das línguas”).

Robins<sup>8</sup> (1967) e Mattoso Câmara Jr.<sup>9</sup> (1975). Entretanto, a Historiografia Linguística em si só tomou forma a partir da década de 1970, quando o passado da ciência linguística deixou de ocupar aquele lugar periférico de outrora, sobretudo nos prefácios e nas introduções, e passou a ser ele próprio o objeto de estudo central de uma nascente disciplina, com fundamentos e métodos minimamente delimitados – no que ela se difere das supraditas compilações e antologias. Nesse contexto, destacaram-se os teóricos Konrad Koerner (1939-2022) e Pierre Swiggers (1955- ), que contribuíram sobremaneira para a institucionalização da Historiografia Linguística nas universidades. Swiggers (2010) assim a define:

A historiografia linguística é o **estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico**; ela engloba a **descrição** e a **explicação**, em termos de fatores **intradisciplinares** e **extradisciplinares** (cujo impacto pode ser ‘positivo’, *i.e.* estimulante, ou ‘negativo’, *i.e.* inibidores ou desestimulantes), de como o conhecimento linguístico, ou mais genericamente, o *know-how* linguístico foi obtido e implementado. (Swiggers, 2010, p. 2, grifos nossos).

O objeto da disciplina se encontra exposto e grifado na citação: o curso evolutivo do conhecimento linguístico. Se, por um lado, a Linguística Histórica se ocupa das mudanças na língua, por outro, a Historiografia Linguística se ocupa daquilo que é **dito e teorizado a respeito das línguas** – daí o fato de ela ser uma disciplina **metateórica**, ou seja, ela recorre uma teoria para explicar outras teorias. Também podem servir de objeto a uma análise historiográfica: uma gramática, uma corrente linguística, a grade curricular de um curso de letras ou ainda o conhecimento epilinguístico dos falantes, na medida em que todos esses saberes pressupõem alguma concepção de língua, com maior ou menor grau de teorização. Da mesma forma que é necessário ao linguista histórico tanto descrever quanto interpretar a variação diacrônica (Silva, 2008, p. 8), é também necessário ao historiógrafo tanto descrever quanto explicar (ou interpretar) o desenvolvimento dos saberes linguísticos (Swiggers, 2010, p. 2). À semelhança das línguas naturais, as proposições científicas também são objetos históricos mutáveis pela ação de fatores internos (intradisciplinares) e externos (extradisciplinares), que podem acelerar ou desacelerar o processo de mudança. No

---

<sup>8</sup> *A short history of linguistics* (“Pequena história da linguística”).

<sup>9</sup> *História da Linguística*.

entanto, a diferença fundamental entre a diacronia das línguas e a diacronia do conhecimento linguístico é que aquela ocorre natural e espontaneamente, sem que os falantes o notem o mais das vezes, enquanto esta ocorre metódica e voluntariamente, segundo a deliberação dos pensadores da linguagem. Um exemplo simples e elucidativo desse processo foi o aumento do número de classes de palavras abonadas pela Gramática Normativa, cujos autores mais antigos, no período helenístico, propunham apenas oito classes (*nome, verbo, particípio, pronome, artigo, preposição, advérbio e conjunção*), em vez das dez classes hoje canceladas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Tais mudanças, evidentemente, se deram por deliberação dos próprios gramáticos.

Dentre as ideias basilares da Historiografia Linguística, cumpre aqui abordar: 1) a interdisciplinaridade e 2) a não cumulatividade do desenvolvimento científico.

Conforme o exposto na definição de Swiggers (2010, p. 2), a interdisciplinaridade é uma característica inerente ao fazer historiográfico. Afinal, as ideias linguísticas não surgem aleatoriamente no vazio, como se fossem frutos de iluminações repentinas dos pensadores da linguagem; ao contrário, elas dialogam, em maior ou menor grau, com a conjuntura histórica, social e intelectual na qual foram gestadas. Por esse motivo, o historiógrafo precisa estabelecer um diálogo profícuo entre a Linguística e outras disciplinas adjacentes, como a História, a Sociologia, a Filosofia, para ter uma compreensão mais ampla do seu objeto. Por exemplo, o que impeliu os gramáticos a cindirem a antiga classe gramatical dos nomes em substantivos e adjetivos? Segundo Robins (1983, p. 67), a moderna noção gramatical de adjetivo surgiu na Baixa Idade Média, durante o apogeu da Filosofia Escolástica, cuja base de pensamento é sabidamente aristotélica. Em linhas gerais, o substantivo assim se chama porque ele se refere a seres ou coisas dotados de substância, isto é, de uma existência própria; os adjetivos, por seu turno, têm sua existência condicionada à existência do próprio substantivo a que se ligam na condição de atributos predicáveis. Num sintagma do tipo *homem branco*, a palavra *homem* atua como substantivo por designar um ser existente por si mesmo, enquanto a palavra *branco* atua como adjetivo porque a própria ideia abstrata de *brancura* só pode existir se houver antes um ser ou uma coisa que possua essa cor (Beccari, 2013). Destarte, a cisão da classe dos nomes se deve à influência das categorias aristotélicas sobre a classificação das palavras, graças a uma conjuntura intelectual propícia à penetração de ideias filosóficas no domínio da

Gramática e de outras disciplinas. Exemplos como esse são demonstrações cristalinas do caráter interdisciplinar da Historiografia Linguística.

A ideia de não cumulatividade do desenvolvimento científico é originária da História da Ciência, mais especificamente do célebre ensaio do físico Thomas Kuhn (1922-1996), intitulado *A estrutura das revoluções científicas*, de 1962. Em linhas gerais, Kuhn rechaça a errônea percepção de que o progresso científico ocorreria de maneira cumulativa e unidirecional, como se cada cientista acrescesse pequenas porções de conhecimento a um grande repositório, que tende apenas a crescer, ou como se as abordagens mais recentes de um problema fossem intrinsecamente melhores que as abordagens pretéritas. Na realidade, o progresso científico é cheio de idas e vindas imprevisíveis, de modo que certos conceitos ou práticas outrora hegemônicos num campo do saber possam ser modificados ou até mesmo descartados em épocas posteriores. No campo da Linguística, por exemplo, já foram descartadas certas hipóteses monogenistas baseadas no mito da Torre de Babel, as quais propunham a existência de uma única língua ancestral nos primórdios da humanidade, misturando ciência e religião (Viaro, 2011, p. 91). Na direção contrária, também é possível que certos conceitos ou práticas eventualmente esquecidos possam ser recuperados pelas gerações posteriores, para o benefício da própria ciência. Por exemplo, a ideia de uma gramática universal, tão amiúde associada aos gerativistas a partir da década de 1950, já havia sido proposta na Idade Média pelo filósofo Roger Bacon (c. 1220-1292), de sorte que o tema voltasse de tempos em tempos ao centro das discussões linguísticas, com diferentes perspectivas (Beccari, 2013, p. 82). Isso tudo demonstra, ao cabo, que o progresso científico se dá por meio de continuidades e descontinuidades, e não por um acúmulo sucessivo de conceitos e práticas inéditos. Aliás, as próprias polêmicas concernentes à classificação dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, que ensejaram a redação deste artigo, são um exemplo bastante palpável de continuidades e descontinuidades no campo da Gramática. Enfim, todas as abordagens linguísticas, atuais ou antigas, hegemônicas ou periféricas, são parte integrante da disciplina e têm, por esse motivo, o seu valor historiográfico.

## Metodologia

Como o curso histórico dos pronomes demonstrativos portugueses desde as suas origens latinas é razoavelmente conhecido, bastou a esta pesquisa fazer uma síntese das principais mudanças fonéticas, morfológicas e dêiticas pelas quais eles passaram, tendo por base autores de referência na Linguística Histórica e na Filologia Românica. O objetivo, convém insistir, é tão somente demonstrar que os pronomes *isto*, *isso* e *aquilo* são evoluções históricas de formas neutras latinas. A parte historiográfica da pesquisa se iniciou com uma seleção criteriosa das fontes primárias, que totalizam 16 gramáticos lusófonos, naturais tanto de Portugal quanto do Brasil, cujos tratados se estendem por todos os séculos de gramaticografia portuguesa. São eles: Oliveira (1536), Barros (1540), Roboredo (1619), Argote (1721), Lobato (1770), Fonseca (1799), Barbosa (1822), Braga (1876), Ribeiro (1885), Dias (1888), Coelho (1891), Ribeiro (1920), Said Ali (1964b), Almeida (2009), Cunha; Cintra (2009) e Bechara (2015). O objetivo aqui é trazer uma visão abrangente e interpretativa das escolhas classificatórias de cada autor, sem privilegiar época, lugar ou corrente linguística<sup>10</sup>. Por fim, há uma tabela sinótica em que constam os nomes dos 16 gramáticos e o gênero por eles apontado na classificação dos referidos demonstrativos: neutro, masculino ou indefinido.

## Desenvolvimento

### A formação dos pronomes demonstrativos portugueses: evidências fonéticas, morfológicas e dêiticas

À semelhança do português, contava o latim com um sistema trifurcado de pronomes demonstrativos, cada qual provido dos três gêneros gramaticais existentes: masculino, feminino e neutro. Nesse sistema, o pronome *hic*, *haec*, *hoc* (“este, esta, isto”) designava seres ou coisas próximas ao falante; *iste*, *ista*, *istud* (“esse, essa, isso”) designava seres ou coisas próximas ao ouvinte, enquanto *ille*, *illa*, *illud* (“aquele, aquela, aquilo”) designava seres ou coisas distantes, no tempo ou no espaço, de ambos os interlocutores. Também contava a língua de Roma com mais três tríades de demonstrativos: *ipse*, *ipsa*, *ipsum* (“o mesmo, a mesma”), que tinha caráter reforçativo; *is*, *ea*, *id* (“este, esta, isto”), que também designava o espaço do falante; e *idem*, *eadem*,

---

<sup>10</sup> Foram selecionadas como fontes primárias apenas gramáticas descritivas ou normativas do português.

*idem* (“o mesmo, a mesma”), que é uma forma reforçada do demonstrativo anterior, utilizada geralmente para evocar a ideia de identidade (Bassetto, 2010, p. 252).

Na transição do latim ao português, o pronome *hic*, *haec*, *hoc* se arcaizou por completo, deixando apenas alguns parcos vestígios de sua existência em formas adverbiais petrificadas como *hac + hora > agora*; *hoc + die > hodie > hoje*; e *hoc + anno > ogano* (arcaico), que significa “neste ano” (Nunes, 1956, p. 244; Maurer Jr., 1959, p. 108). Com o desaparecimento de *hic*, *haec*, *hoc*, abriu-se uma lacuna no sistema triforme latino, que em tese ficaria sem um demonstrativo para designar seres ou coisas próximas ao falante. No lugar dele, passou a cumprir essa função o demonstrativo *iste*, *ista*, *istud*, cujas formas assim evoluíram até o português (Coutinho, 2011, p. 257):

- 1) masculino: *iste > este*;
- 2) feminino: *ista > esta*;
- 3) neutro: *istud > \*istu > esto > isto*.

No entanto, esse deslocamento fez abrir uma nova lacuna no sistema triforme latino, que ficaria agora sem um demonstrativo para designar seres ou coisas próximas ao ouvinte. No lugar de *iste*, *ista*, *istud*, passou a cumprir essa outra função o demonstrativo reforçativo *ipse*, *ipsa*, *ipsum* (“o mesmo, a mesma”), cujas formas assim evoluíram até o português (Coutinho, 2011, p. 257):

- 1) masculino: *ipse > \*isse > esse*;
- 2) feminino: *ipsa > \*issa > essa*;
- 3) neutro: *ipsum > ipsu > \*issu > esso > isso*.

O pronome *ille*, *illa*, *illud* também passou por sensíveis mudanças dêiticas e fez abrir mais uma lacuna no sistema triforme latino, que ficaria dessa vez sem um demonstrativo para designar seres ou coisas distantes dos interlocutores. Com efeito, o seu emprego cada vez mais frequente como pronome anafórico fez dele o candidato perfeito para preencher uma antiga lacuna no sistema de pronomes pessoais latinos: o nominativo de terceira pessoa (Maurer Jr., 1959, p. 110). O pronome *ille*, *illa*, *illud* assim se modificou:

- 1) masculino: *ille > elle > ele*;
- 2) feminino: *illa > ella > ela*;

3) neutro: *illud* > *ello* (arcaico).

Para preencher a lacuna deixada no sistema triforme de demonstrativos, surgiu uma forma composta do pronome *ille*, *illa*, *illud*, ao qual se acresceu uma partícula reforçativa hipotética *\*accu*, oriunda de *eccum*. A tal forma composta assim se desenvolveu:

- 1) masculino: *\*accu + ille* > *aquelle* > *aquele*;
- 2) feminino: *\*accu + illa* > *aquella* > *aquela*;
- 3) neutro: *\*accu + illud* > *aquello* > *aquillo* > *aquilo*.

Segundo Coutinho (2011, p. 258), o demonstrativo vernáculo *o* tem a mesma origem etimológica do artigo definido masculino, que não proveio da forma neutra *illud*, mas do acusativo masculino *illum*, passando pelas seguintes mudanças: *illum* > *illu* > *elo* > *lo* > *o*. Bassetto (2010, p. 254), no entanto, afirma que o demonstrativo neutro *elo* (< *illud*) teria evolvido em paralelo, passando pelas mesmas mudanças fonéticas do artigo definido e gerando uma forma homônima *o*, que se emprega diante de pronome relativo: *o que* (< *illud quod*).

O acréscimo da partícula hipotética *\*accu* também fez surgirem outros dois demonstrativos compostos, com as respectivas flexões: *\*accu + iste* > *aqueste*, *\*accu + ipse* > *aquesse*. As formas compostas *aqueste* e *aquesse* eram um pouco mais enfáticas que as suas formas simples, *este* e *esse*, com as quais conviveram até o século XV aproximadamente, quando caíram em desuso (Said Ali, 1964a, p. 99; Bassetto, 2010, p. 254; Coutinho, 2011, p. 257-258). A manutenção do demonstrativo composto *aquele* (< *\*accu + ille*) em português se explica, portanto, pelo fato de que a sua forma simples, *ele*, tenha deixado de ser um demonstrativo para se tornar um pronome pessoal do caso reto. Logo, não haveria concorrência funcional entre um e outro.

Os parágrafos anteriores já trazem boas evidências de que os demonstrativos portugueses *isto*, *isso* e *aquilo* são, de fato, evoluções históricas de formas neutras latinas, razão pela qual Bassetto (2010) os considera vestígios desse antigo gênero gramatical: “Conservaram-se as formas neutras (*isto*, *isso*, *aquelo*), um dos poucos vestígios desse gênero no port. *Aquelo* > *aquilo* no port. mod. por metáfora ou por analogia com *isto* e *isso* (Bassetto, 2010, p. 254)”. Seguindo as tendências do vocalismo português, o antigo *ĩ* breve latino sofreu um abaixamento vocálico e tornou-se [e] na

fase arcaica: *īstud* > *esto*; *īpsum* > *ipsu* > *\*issu* > *esso*; *\*accu* + *īllud* > *aquello*. Mais tarde, entre os séculos XIII e XV, a vogal final [o] começou a causar perturbações na vogal tônica dos demonstrativos e fê-la transformar-se ulteriormente num [i], por metafonía: *esto* > *isto*; *esso* > *isso*; *aquello* > *aquillo* > *aquilo* (Silva, 2013, p. 109). Os rearranjos internos do antigo sistema triforme de demonstrativos latinos, que passou por substituições, metaplasmos e mudanças dêiticas, caracterizam fenômenos puramente intralinguísticos e, em certa medida, panromânicos. Afinal, todos os dialetos neolatinos passaram por mudanças graduais e espontâneas no seu quadro de demonstrativos sem que isso comprometesse a sua capacidade de expressar a dêixis.

### A formação dos pronomes demonstrativos portugueses: evidências sintáticas

No item anterior, apresentaram-se evidências fonéticas, morfológicas e dêiticas de que os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* provieram das formas neutras latinas *istud*, *ipsum* e *(accu)illud* respectivamente. Não menos importantes, porém, são as evidências sintáticas desse vínculo diacrônico, que hão de reforçar os argumentos aqui defendidos. Os demonstrativos latinos poderiam empregar-se substantivamente, na função de pronomes absolutos, ou adjetivamente, acompanhando outros substantivos. Atente-se para este exemplo tirado da *Vulgata Latina*:

*Quod enim operor, non intellego; non enim quod volo, hoc ago, sed quod odi, illud facio.* (Romanos 7.15, grifos nossos).

Não entendo, pois, no que trabalho; não pratico o que quero, mas faço **aquilo que** odeio. (Romanos 7.15, tradução e grifos nossos).

No versículo em tela, observa-se o emprego do demonstrativo neutro latino *illud* e do seu correspondente etimológico português *aquilo* (< *\*accu* + *illud*) em função substantiva, reforçando a existência de um elo diacrônico entre um e outro. Ambos exercem aí o papel de objeto direto acusativo do verbo (*facio*, *faço*) e têm atrelados a si pronomes relativos (*quod*, *que*). Do ponto de vista dêitico, eles são referências vagas a coisas em geral, isto é, “aquelas coisas que odeio”.

Leia-se agora este trecho do historiador Tácito:

*Cur enim primo contionis die **ferrum illud** quod pectori meo infigere parabam, detraxistis, o improvidi amici?* (Annales, I, 43, grifos nossos).

Por que, então, no primeiro dia de assembleia, arrancastes **aquele ferro** que eu me preparava para fixar ao meu peito, ó imprevidentes amigos? (Anais, I, 43, tradução e grifos nossos).

Na passagem acima, o mesmo demonstrativo latino *illud* aparece agora em função adjetiva, posposto ao substantivo neutro *ferrum*, com o qual concorda em gênero, número e caso: *ferrum illud* (“aquele ferro”). Entretanto, na tradução portuguesa, não caberia o uso do seu correspondente etimológico *aquilo* (< \**accu* + *illud*) porque disso resultaria uma construção agramatical: \**aquilo ferro*. A agramaticalidade aqui se explica pela inexistência completa de substantivos neutros em português, de forma que tal combinação, na prática, configure um desvio de concordância. Na transição do latim para os dialetos românicos, convém lembrar, os substantivos neutros da segunda declinação, como *ferrum*, *imperium* e *rostrum*, tornaram-se em regra masculinos, razão pela qual só se podem construir hoje com pronomes demonstrativos masculinos: *aquele ferro*, *este império*, *esse rosto*, etc. A incompatibilidade sintática entre o pronome demonstrativo *aquilo* e o substantivo masculino *ferro* é uma evidência robusta de que o português realmente conservou vestígios do gênero neutro.

Por fim, convém analisar este último trecho, tirado da obra do teólogo Tomás de Aquino (1225-1279):

(...) *ideo **illud** solum **bonum** quod est perfectum et cui nihil deficit* (*Summa Theologiae, I<sup>a</sup>-II<sup>ae</sup> pars, quaestio X, articulus 2*).

(...) por isso, só é **bom aquilo** que é perfeito e a que nada falta. (*Suma Teológica, ibidem*, tradução e grifos nossos).

O trecho acima traduzido traz, em primeiro plano, um adjetivo masculino (*bom*) a qualificar um pronome demonstrativo neutro (*aquilo*), numa construção predicativa. Mas como se poderia explicar diacronicamente a gramaticalidade dessa combinação sintática, diante de uma aparente discrepância de gênero gramatical? Para entendê-lo, recorde-se a declinação do adjetivo latino de primeira classe *bonus*, *-a*, *-um* no singular:

(singular)	Masculino	Feminino	Neutro
<b>Nominativo</b>	<i>bonus</i>	<i>bona</i>	<i>bonum</i>
<b>Genitivo</b>	<i>boni</i>	<i>bonae</i>	<i>boni</i>
<b>Dativo</b>	<i>bono</i>	<i>bonae</i>	<i>bono</i>
<b>Acusativo</b>	<i>bonum</i>	<i>bonam</i>	<i>bonum</i>
<b>Vocativo</b>	<i>bone</i>	<i>bona</i>	<i>bonum</i>
<b>Ablativo</b>	<i>bono</i>	<i>bona</i>	<i>bono</i>

Tabela 1 - A declinação do adjetivo *bonus, -a, -um* no singular<sup>11</sup>

Na transição do latim ao português, os seis casos morfológicos – nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo – foram paulatinamente desaparecendo até que só restassem as flexões acusativas. Examinando-se a declinação do adjetivo *bonus, -a, -um*, nota-se que o masculino e o neutro têm formas homônimas no acusativo singular (*bonum*), que se tornaram indistintas com o passar do tempo, evoluindo-se da seguinte maneira: *bonum* > *bonu* > *bõo* > *bõ* > *bom*. Ora, foi justamente essa similaridade desinencial que ocasionou a incorporação do neutro pelo masculino entre os adjetivos. Isso explica por que o adjetivo *bom*, em função predicativa, pode qualificar tanto um demonstrativo masculino quanto um demonstrativo neutro, sem problemas de gramaticalidade: *aquele é bom, aquilo é bom*. Também pode ele qualificar orações inteiras, à maneira de um adjetivo neutro latino: *amare bonum est, amar é bom*. Entretanto, como os demonstrativos masculinos portugueses se originaram do nominativo masculino – *este* (< *iste*), *esse* (< *ipse*), *aquele* (< *\*accu + ille*) –, não houve confusão destes com as formas neutras respectivas (*isto, isso, aquilo*), que lograram sobreviver até a fase moderna do idioma. Não havia similaridade desinencial entre eles.

### O que disseram os gramáticos lusófonos?

Opiniões divergentes emergiram entre os gramáticos lusófonos acerca do gênero dos pronomes demonstrativos *isto, isso* e *aquilo*, que são oriundos de formas neutras latinas, segundo as evidências aduzidas. À primeira vista, a mera existência desse elo diacrônico parece ser um argumento suficiente para que todos os gramáticos os classificassem como palavras neutras, porém, em vez de apontar as eventuais faltas,

<sup>11</sup> Fonte: Elaboração própria.

incoerências ou omissões dos nossos antepassados, convém ter em mente os seguintes questionamentos: quão profundas eram as noções de diacronia dos gramáticos lusófonos anteriores ao apogeu da Linguística Histórica, no século XIX? Qual era o conhecimento disponível na época em que eles redigiram os seus tratados? Seria admissível fazer breves apontamentos diacrônicos em gramáticas portuguesas de viés sincrônico? Haveria incompatibilidades teóricas em fazê-lo? Uma análise historiográfica precisa contemplar essas nuances, a fim de evitar interpretações anacrônicas do problema.

A mais antiga gramática da língua portuguesa, escrita por Fernão de Oliveira (1507-1581) e intitulada *Grammatica da lingoagem portuguesa*, veio a lume em 1536 numa conjuntura sociopolítica e intelectual particularmente propícia ao seu surgimento. No fim da Idade Média, as principais monarquias da Europa Ocidental deixaram para trás o seu passado feudalista e começaram a formar estados centralizados, conhecidos hoje por Estados Nacionais, com símbolos e identidade próprios. Dentre os principais elementos dessa nascente e entusiasmada identidade, estavam os respectivos idiomas nacionais, cujas literaturas já vinham se robustecendo tanto na poesia quanto na prosa durante os séculos anteriores. A consolidação das monarquias e o amadurecimento literário das línguas vernáculas, frente à hegemonia multissecular do latim, renunciaram aquilo a que Auroux (1992, p. 46) chama de gramatização massiva de vernáculos. Segundo ele, a gramatização é “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje, os pilares de nosso saber: a gramática e o dicionário” (*ibidem*, p. 65). Com efeito, foi nos séculos XV e XVI que o francês, o italiano, o castelhano e o português foram formalmente descritos e enquadrados na doutrina gramatical erigida pelos gregos e incrementada pelos latinos. Para esse processo também contribuiu o advento de um conhecido movimento artístico-literário, o Renascimento, cujos principais cultores lançaram novas luzes sobre o legado intelectual da Antiguidade Clássica, resgatando obras e autores que tenham permanecido total ou parcialmente inauditos durante a Idade Média, incluindo os gramáticos antigos. Como foi dito, havia uma conjuntura sociopolítica e intelectual propícia ao surgimento da Gramática Portuguesa.

A pioneira *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Oliveira (1536), ocupa um lugar proeminente na gramaticografia lusa não só pelo seu pioneirismo em si, como também pela relativa originalidade de sua abordagem linguística. Segundo Buescu (1984, p. 15), trata-se de uma obra de teor descritivo e ensaístico na qual o autor

discorre sobre o português quinhentista sem a pretensão de prescrever incontáveis normas gramaticais e sem se apegar excessivamente às categorias descritivas veiculadas pela Gramática Latina. Ele, por exemplo, fez certas adaptações na terminologia gramatical vigente para descrever certas particularidades fonéticas do português (Leite, 2007, p. 121). No que concerne ao gênero dos nomes, Oliveira (1536) faz as seguintes ponderações<sup>12</sup>:

Os nomes se declinam em generos e numeros: em generos como *moço, moça*; e em numeros, como *moço e moços, moça e moças*. As declinações dos generos são muitas e menos para compreender, porque, posto que os nomes acabados em hũa letra qualquer sejam mais d'hum genero que doutro, não por isso se pode dar regra universal, como nestas duas letras *a* e *o*, das quaes hũa é mais masculina e outra femenina. E contudo têm suas faltas, porque *isto, isso e aquillo são acabados em o e não são masculinos, mas são de genero indeterminado, não neutro como o dos latinos* (Oliveira, 1536, cap. XLIV, D8r [Fol. 32r], grifos nossos).

Por um lado, Oliveira (1536) nega que os vocábulos *isto, isso e aquillo* se comportem como masculinos, já que esse papel caberia aos vocábulos *este, esse e aquele*. Por outro, o gramático quinhentista também nega que eles sejam do gênero neutro, à maneira dos seus correspondentes latinos – razão pela qual prefere falar em gênero indeterminado.

Mas o que há por trás dessas escolhas classificatórias? Rememorando o que foi dito, Oliveira se serviu das suas experiências linguísticas para descrever o português quinhentista por si mesmo, ou seja, em função de suas próprias bases vernaculares. Para ele, o gênero neutro seria uma propriedade gramatical estranha à língua portuguesa e aos próprios falantes letrados da época, que provavelmente não tinham a consciência diacrônica dessas reminiscências gramaticais da língua latina. Embora os gramáticos renascentistas devessem ter boa proficiência em latim, que era o principal veículo de cultura letrada na Europa, é difícil afirmar com segurança que eles tivessem plenas noções de como as línguas naturais mudam com o passar do tempo.

Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608), contemporâneo de Oliveira, fez sair tempos depois uma obra intitulada *Origem da lingua portuguesa* (1606), que pode

---

<sup>12</sup> Na gramática de Oliveira, os atuais pronomes demonstrativos e os indefinidos são apenas subclasses do nome, enquanto a classe dos pronomes, descrita no capítulo XLVI da obra, limita-se aos pronomes pessoais retos e aos oblíquos.

ajudar a elucidar quais eram os conhecimentos diacrônicos disponíveis nos séculos XVI e XVII. Em geral, não obstante alguns preconceitos eurocêntricos e certos equívocos etimológicos compreensíveis para a época, Leão legou à posteridade uma boa descrição histórica do português, passando tanto pela história externa quanto pela história interna do seu idioma pátrio – pelo que Viaro (2011, p. 43) o considera um legítimo precursor dos comparatistas. Na passagem a seguir, o gramático faz alguns apontamentos sobre os metaplasmos, outrora chamados de *corrupções*: “Outra corrupção foi per diminuição de letras ou syllabas, como de mare que de que dizemos mar, de nodo noo, de ala, aa, de sagitta seeta, de balista beesta, de nudo nuu, ou nuu.” (Leão, 1606, p. 35). Conquanto Leão (1606) não dispusesse do avançado aparato terminológico desenvolvido no século XIX, isso não o impediu de descrever os metaplasmos por subtração, como em *mare* > *mar*. Nesta outra passagem, há alguns apontamentos sobre os comparativos românicos:

Outra curteza he por a mesma razão que na formação dos comparatiuos suprimos com o aduerbio mais, & o Italiano com piu, & o Frances com plus, porque dizem os mais docto, mais prudente, & o Italiano piu docto, piu prudente, & o Frances plus doct, plus prudent, tirando a cerca de nos estes vocabulos que tomamos do latim inteiros, maior, menor, superior, inferior, prior, melhor, pior. (Leão, 1606, p. 121).

Os dois trechos transcritos comprovam: os gramáticos renascentistas já tinham, em maior ou menor grau, a consciência de que o português é uma continuação histórica do latim e também um parente linguístico do castelhano, do francês e do italiano.

Após o inventivo Oliveira, os gramáticos lusos passaram a aplicar mais rigidamente as categorias descritivas da Gramática Latina à realidade vernácula, ressaltando sempre que possível as simetrias gramaticais entre os idiomas. Afinal, qualquer similaridade com o latim seria para eles uma atestação de nobreza do português perante as demais línguas. Por exemplo, João de Barros (1496-1570), na sua *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), aplica as categorias de caso latinas à morfossintaxe portuguesa – um procedimento que pareceria demasiado artificial aos leitores de hoje:

Primeira declinaçam.			
a. e. i. o. u.			
Numero	Singular	Numero	Plurár.
Nominatiuo	a rainha	Nominatiuo	as rainhas
Genitiuo	da rainha	Genitiuo	das rainhas
Datiuo	á rainha	Datiuo	as rainhas
Accusatiuo	a rainha	Accusatiuo	ás rainhas
Vocatiuo	ó rainha	Vocatiuo	ó rainhas
Ablatiuo	da rainha	Ablatiuo	das rainhas

**Imagem 1** - A declinação portuguesa segundo Barros (1540)<sup>13</sup>

A constante busca por simetrias gramaticais entre o latim e o português, calcada num forte sentimento de filiação linguística, explica por que Barros (1540) classifica o pronome *isto* como neutro, neste passo da obra: “Quátro géneros tem o pronome .s. este, que é masculino, esta, feminino, **isto**, que é **neutro**. Eu, tu, de sy, comũ de dous.” (Barros, 1540, p. 31, grifos nossos).

No século XVII, Amaro de Roboredo (c. 1580-1653) fez sair o *Methodo Grammatical para Todas as Linguas* (1619), que antecipa algumas tendências universalistas da célebre Gramática de Port-Royal (Leite, 2011, p. 338). Na prática, o extenso tratado roborediano é uma gramática comparada entre o português e o latim, com eventuais menções ao grego. Segundo o gramático seiscentista, as ditas línguas vulgares só possuem ao todo dois gêneros, masculino e feminino, porém nada se diz quanto ao gênero dos demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* nos parágrafos concernentes à classe dos pronomes (Roboredo, 1619, p. 65-66). Na tabela de declinação dos demonstrativos, constam apenas dois gêneros para o português (*este*, *esta*) e três para o latim (*hic*, *haec*, *hoc*):

N. este esta.	Hic hæc, hoc.
G. d'este, desta	Huius.
D. a este a esta,	Haic:
Accus. este esta.	Hunc, hãc, hoc.
Abl. este, esta.	Hoc. hac, hoc.

**Imagem 2** - A declinação dos demonstrativos em Roboredo (1619)<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Fonte: Barros (1540, p. 13).

<sup>14</sup> Fonte: Roboredo (1619, p. 58).

No século XVIII, vieram a lume as *Regras da lingua portuguesa, espelho da língua latina* (1725), do clérigo Jerônimo Contador de Argote (1676-1749), cujo tratado se distingue de obras congêneres por apresentar duas características muito peculiares: 1) o uso do método dialógico em todos os capítulos, nos quais o mestre (M) e o discípulo (D) vão dialogando entre si sobre cada assunto da Gramática; 2) a presença de um capítulo dedicado aos principais dialetos de Portugal, divididos por região, época e profissão (Leite, 2011, p. 674-679). Sobre os gêneros gramaticais da língua portuguesa, diz-se: “M. E quantas castas ha de Generos? D. Tres na lingua Portugueza. M. Quaes são? D. Masculino, Feminino, e Commum.” (Argote, 1725, p. 179). O tal gênero comum representa o que a NGB chamaria hoje de comum de dois gêneros, a exemplo do adjetivo *fértil*, citado no mesmo capítulo. Noutro passo da obra, Argote (1725, p. 181) nega a existência do gênero neutro em português, mas não informa a que gênero pertencem os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, acerca dos quais se limita ele a dizer: “O Pronome *Isto*, *Isso*, *Aquillo* tem declinação particular.” (*ibidem*, p. 45). Tal particularidade de declinação consiste tão somente na ausência de formas plurais, no que eles diferem do masculino (*este*, *esse*, *aquêle*) e do feminino (*esta*, *essa*, *aquela*). Enfim, por considerar a língua portuguesa espelho da latina, conforme expressa o título do tratado, seria natural que o autor classificasse esses demonstrativos como neutros a fim de traçar simetrias entre os dois idiomas, tal como o fizera Barros (1540). Porém, o gramático setecentista não lhes atribui nenhum gênero.

Décadas mais tarde, veio a lume a *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antônio José dos Reis Lobato (c. 1721-1804), cujo notável prestígio a fez tornar-se a gramática oficial do reino por determinação do Marquês de Pombal, ministro de Estado do rei Dom José I (Faraco, 2016, p. 215). Do ponto de vista teórico e metodológico, porém, ela não difere muito de outras obras coetâneas, quer na parte de Etimologia (*i.e.* Morfologia), quer na parte de Sintaxe, tampouco nos critérios classificatórios (Vieira, 2018, p. 132-133). No que tange ao tema deste artigo, Lobato (1770, p. 55) aponta a existência de apenas dois gêneros para os nomes, o masculino e o feminino, mas, sobre os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, ele tece as seguintes linhas:

Temos huns adjectivos, que são: *Isto*, *Isso*, *Aquillo*, *Tudo*, *Ninguem*, *Alguem*, *Outrem*, *Quem*, a que na oração se não pôde ajuntar substantivo expresso, com quem concordem, porque não podemos dizer v.g. *Isto negocio*, *Isso successo*, &c. Do que se collige ser hum

dos idiotismos da lingua Portugueza, que o uso introduzio por brevidade do fallar, pois *Isto* val o mesmo que dizer; *Esta cousa*; *Isso*, *Essa cousa*; *Aquillo*, *Aquella cousa*; pelo que podemos dizer, que os ditos adjectivos, quando delles usamos na oração, só concordão com os substantivos, que temos na mente. (Lobato, 1770, p. 196, nota de rodapé, grifos nossos).

Embora o autor não classifique os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* quanto ao gênero, ele lucidamente aponta as incompatibilidades sintáticas entre eles e os substantivos masculinos, que, juntos, gerariam combinações agramaticais como *\*isto negócio* ou *\*isso sucesso*. Lobato supõe que esses demonstrativos sempre se comportem como um adjetivo desprovido de um substantivo expresso, o qual existiria apenas na mente do falante. Tal suposição, no entanto, parece não ter tido muita ressonância entre os seus sucessores, que optaram por classificá-los como pronomes absolutos ou substantivos.

Nas décadas subsequentes, Pedro José da Fonseca (1736-1816) fez saírem os *Rudimentos da grammatica portugueza* (1799), que representam um divisor de águas na gramaticografia lusa (Vieira, 2018, p. 133; Coelho, 2011, p. 174-175). Logo no prólogo, o gramático setecentista endereça críticas acerbas aos seus predecessores, acusando-os de aplicar inadvertidamente certas categorias gramaticais latinas que seriam inúteis à descrição da língua portuguesa, sobretudo as noções de caso e declinação (Fonseca, 1799, p. VI-VII). Para ele, o português deveria ser descrito em função de suas próprias bases vernaculares, por meio de uma metalinguagem gramatical realmente apropriada às suas feições linguísticas. Também diverge o autor dos seus antecessores ao dar, neste trecho, uma opinião mais assertiva acerca do gênero dos pronomes demonstrativos:

Tambem não temos *genero neutro*, porque todos os nossos substantivos o tem certo, e determinado. **Pelo que até mesmo as dicções isto, isso, aquillo, tudo, são, como qualquer outra voz substantivada, do genero masculino.** Assim o mostra o articulo, se ellas o admittem, ou a terminação do adjectivo, com que se unem, ou concordão, dizendo-se por exemplo: Isto *mesmo*, isso *mesmo*, aquillo *mesmo* he *bom*, ou *máo*. (Fonseca, 1799, p. 14, grifos nossos).

Esse afastamento deliberado de certos preceitos da Gramática Latina explica, em grande medida, as escolhas classificatórias de Fonseca (1799), para o qual o gênero neutro seria uma propriedade gramatical estranha à língua portuguesa. Servindo-se de critérios morfossintáticos, ele lembra que os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*

concordam, em gênero e número, com o demonstrativo reforçativo *mesmo* e com os adjetivos predicativos *bom* e *mau*, razão pela qual todos eles haveriam de ser masculinos, numa perspectiva estritamente sincrônica.

No início do século XIX, veio a lume, em edição póstuma, a mais destacada gramática filosófica lançada em Portugal, intitulada *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), cujo autor, Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), aderiu mais fielmente do que Fonseca à doutrina inaugurada pelos clérigos de Port-Royal e incrementada por outros gramáticos franceses (Ceolho, 2011, p. 180). Logo na introdução, Barbosa (1822, p. XI-XII) também imputa aos seus predecessores lusos muitos erros e imperfeições analíticas, alegando, assim como o próprio Fonseca (1799), que eles analisaram a língua portuguesa usando a fôrma da Gramática Latina. Aliás, ele critica nominalmente Oliveira, Barros, Roboredo, Pereira<sup>15</sup>, Argote e Lobato. No que concerne ao gênero dos demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, o gramático oitocentista faz estas considerações:

Os **Demonstrativos Neutros**, que nossos Antigos tomarão da Lingua Castelhana<sup>16</sup>, em que ainda subsistem, a saber *Esto*, *Esso*, *Ello*, *Aquello*, e que o uso mudou em ***Isto*, *Isso*, e *Aquillo*, não tem plural, e chamão-se *Neutros***, não porque tomem esta fôrma para, á maneira dos adjectivos Latinos, concordarem com substantivos neutros: **mas porque servem para mostrar couzas, acções, ou sentidos, que não tendo genero algum nem masculino, nem feminino (os quaes so competem aos nomes substantivos) vem a ser neutros**, isto he, de nenhum genero, como: *Isto, que digo, he certo; Isso que tu disseste, não o he; Aquillo he bem dicto*. (Barbosa, 1822, p. 163-164, grifos nossos).

Barbosa (1822, p. 163-164) realmente classifica como neutros os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, mas não porque os veja como vestígios diacrônicos do neutro latino, e, sim, porque eles se referem a coisas vagas, desprovidas das costumeiras marcas gramaticais de gênero masculino ou feminino. Não havendo marca de nenhum dos dois gêneros, o gramático opta por enquadrá-los no gênero neutro, por mera eliminação.

---

<sup>15</sup> O padre Bento Pereira (1605-1681) foi o autor da *Ars Grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (“Arte da Gramática para aprender a língua portuguesa”), de 1672, que foi escrita em latim visando a um público estrangeiro.

<sup>16</sup> Nenhuma obra consultada nesta pesquisa aponta origens castelhanas para os demonstrativos portugueses.

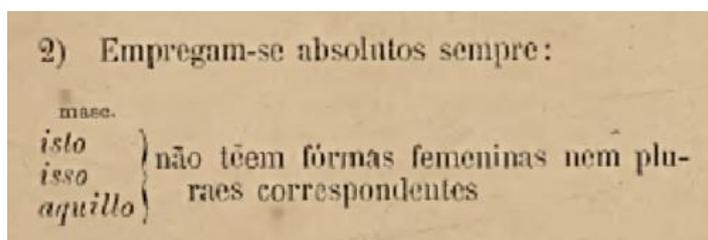
Na segunda metade do século XIX, proliferaram-se as gramáticas portuguesas legatárias da doutrina histórico-comparativa, às quais se costumava dar o rótulo de *científicas* porque seus membros julgavam ter mais rigor metodológico e científico que os seus predecessores filosóficos, cujas análises estariam mais inclinadas à especulação (Gonçalves, 2012, p. 2571). Pertencem à vertente histórico-comparatista os próximos cinco gramáticos aqui analisados, que, embora tenham a mesma filiação teórica, divergem quanto à atribuição de gênero aos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*.

O primeiro deles, o português Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924), mais conhecido como Teófilo Braga, foi não só o autor de muitos escritos nas áreas de Literatura e Gramática, como também o primeiro presidente de Portugal, após a queda da monarquia. Logo no prefácio da sua *Grammatica portugueza elementar* (1876), o autor manifesta a sua adesão à doutrina histórico-comparativa e tece as seguintes críticas contra o já citado padre Bento Pereira (1672): “o padre Bento Pereira (1672) achou *vocativo* no pronome *eu*, **genero neutro no pronome isto e isso**; *gerundios* e supplementos de *supinos* nos verbos, e reduziu a syntaxe ás regras de concordancia” (Braga, 1876, p. VI-VII, grifos nossos). O trecho, por si só, já permite inferir que Braga (1876) não classifica os pronomes *isto* e *isso* como neutros. De fato, noutros passos da obra, ele o reafirma alegando que o português desconhece esse gênero enquanto propriedade gramatical, embora reconheça que tenham restado alguns vestígios de sua preexistência em latim (*ibidem*, p. 22; 45). Todavia, o gramático não informa a que gênero pertenceriam esses demonstrativos portugueses.

O brasileiro Júlio César Ribeiro Vaughan (1845-1890), mais conhecido como Júlio Ribeiro, foi o autor da *Grammatica portugueza*, que veio a lume em duas edições: uma em 1881 e a outra em 1885. Assim como Teófilo Braga, Ribeiro manifesta no prefácio a sua oposição às gramáticas filosóficas, que, na visão dele, “eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua” (Ribeiro, 1885, p. I). No que concerne aos demonstrativos, o gramático brasileiro ressalta que os pronomes *isto*, *isso* e *aquilo* só se podem empregar isoladamente, isto é, sem a possibilidade de acompanhar substantivos, mas ele não lhes atribui nenhum gênero gramatical, embora devesse ter a consciência diacrônica de suas origens neutras (*ibidem*, p. 72). Aliás, o próprio Ribeiro reconhece, noutro capítulo da obra, que o demonstrativo vernáculo *o* provém do neutro *illud* (*ibidem*, p. 257).

O português Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), mais conhecido como Epifânio Dias, foi um dos nomes mais proeminentes da vertente histórico-comparatista em Portugal, sobretudo na área de Sintaxe Histórica. Na sua *Grammatica portugueza elementar* (1888), o autor é bem explícito na atribuição de gênero aos pronomes demonstrativos aqui estudados, acerca dos quais ele assevera: “Os pronomes substantivos *isto*, *isso*, *aquillo*, *outrem*, são do gênero masculino e considerão-se do número singular.” (Dias, 1888, p. 31). Em se tratando de uma gramática portuguesa elementar, cujo público-alvo não deveria estar de todo familiarizado com o latim e com as respectivas particularidades morfosintáticas, é compreensível que Dias (1888) faça poucos apontamentos diacrônicos ao longo do texto. Isso talvez explique por que ele não tenha vinculado os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquillo* a um residual gênero neutro.

O português Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), mais conhecido como Adolfo Coelho, foi um dos introdutores do pensamento histórico-comparatista em Portugal. Com efeito, a sua obra intitulada *Lingua Portugueza* (1868) foi uma das primeiras a retratar o português segundo uma “noção biologizante de gramática”, com tendências naturalistas e empiristas (Vieira, 2018, p. 146). Décadas depois, vieram a lume as *Noções elementares de Grammatica Portugueza* (1891), cujo público-alvo também eram alunos iniciantes, assim como a gramática de Epifânio Dias (1888). Coincidência ou não, Coelho (1891, p. 94) também classifica como masculinos os pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquillo* e acrescenta que eles só se empregam de maneira absoluta, sem se flexionarem no feminino ou no plural. Veja-se a imagem abaixo:



**Imagem 3** - Os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquillo* segundo Coelho (1891)<sup>17</sup>

O último gramático de viés histórico-comparatista aqui contemplado é o brasileiro João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934), mais conhecido

<sup>17</sup> Fonte: Coelho (1891, p. 94).

como João Ribeiro, que elaborou gramáticas para os três níveis educacionais da época: primário, médio e superior. Na sua *Grammatica portugueza* (1920), voltada para o curso superior, ele diverge de alguns correligionários comparatistas e classifica como neutros os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* neste passo da obra: “É de notar que o **genero neutro** foi determinado por uma flexão interna, isto é, por mudança de letra na raiz do vocabulo: *isto*, *aquillo*. O mesmo aconteceu com o indefinido *tudo*, de *todo*. As **fórmãs neutras** não se acompanham do substantivo” (Ribeiro, 1920, p. 20, grifos nossos). Por se tratar de uma gramática endereçada a um público mais especializado, Ribeiro (1920) se permite fazer alguns apontamentos diacrônicos sobre o tema, vinculando as formas neutras portuguesas às latinas: “O portuguez tambem conserva as **fórmãs neutras** *isto* (antigo *esto*, de *istud*), *isso* (antigo *esso*, de *ipsum*), *aquillo* (antigo *aquello*, da *ecc'illud*)” (*ibidem*, p. 321, grifos nossos).

Por fim, cumpre fazer alguns comentários mais breves sobre as gramáticas posteriores ao advento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e da Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), que foram chanceladas em 1959 e 1967 respectivamente, a fim de dar mais uniformidade à terminologia empregada nos livros. Por um lado, a NGB<sup>18</sup>, só menciona os demonstrativos masculinos e os femininos; por outro, a NGP<sup>19</sup> sugere considerar a existência do neutro, o que poderia ter impellido alguns autores contemporâneos a adotarem essa mesma opção classificatória. O brasileiro Manuel Said Ali Ida (1861-1953), mais conhecido como Said Ali, fez sair a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, cuja edição póstuma, de 1964, foi emendada por Evanildo Bechara para adequá-la à terminologia da NGB. Nada se diz nela a respeito do gênero dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*, descritos tão somente como invariáveis e absolutos (Said Ali, 1964, p. 64). O brasileiro Celso Ferreira da Cunha<sup>20</sup> (1917-1989) e o português Luís Felipe Lindley Cintra (1925-1991), na *Nova gramática do português contemporâneo* (2008), os classificam como neutros e substantivos, sem adentrar em pormenores diacrônicos (Cunha; Cintra, 2008, p. 343). Napoleão Mendes de Almeida (1911-1998), na *Gramática metódica da língua portuguesa* (2009), também os classifica como neutros e substantivos, sem trazer mais

<sup>18</sup> Disponível em: <https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf> (acesso em janeiro de 2024).

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=nomenclatura> (acesso em janeiro de 2024).

<sup>20</sup> Cunha compôs a comissão formadora da NGB.

detalhes nem explicar seus critérios classificatórios (Almeida, 2009, p. 184). No entanto, dadas as suas constantes alusões ao latim e à sua conhecida gramática latina, é natural que tenha vinculado os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* às suas origens neutras, ainda que o tenha feito tacitamente nesse caso. Por derradeiro, Evanildo Cavalcante Bechara (1928-), na 38ª edição da *Moderna gramática portuguesa* (2015), diverge dos demais e os classifica como masculinos, baseando-se tanto na gramática de Epifânio Dias (1888) quanto no artigo de Herculano de Carvalho<sup>21</sup>, ao qual, infelizmente, não se obteve acesso (Bechara, 2015, p. 174, nota 1).

A tabela sinótica a seguir sintetiza as escolhas classificatórias dos 16 gramáticos aqui contemplados:

	Masculinos	Neutros	Indeterminados	Não informado
Oliveira (1536)			X	
Barros (1540)		X		
Roboredo (1619)				X
Argote (1725)				X
Lobato (1770)				X
Fonseca (1799)	X			
Barbosa (1822)		X		
Braga (1876)				X
Ribeiro (1885)				X
Dias (1888)	X			
Coelho (1891)	X			
Ribeiro (1920)		X		
Said Ali (1964)				X
Cunha; Cintra (2008)		X		
Almeida (2009)		X		
Bechara (2015)	X			

<sup>21</sup> CARVALHO, José G. Herculano de. *Estudos linguísticos*. III vol. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

**Tabela 2** - Como os gramáticos lusófonos classificam os pronomes *isto*, *isso* e *aquilo*

A tabela mostra que, dos 16 gramáticos analisados, quatro classificam os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* como masculinos, cinco os classificam como neutros, enquanto apenas um os classifica como palavras de gênero indeterminado. Os outros seis gramáticos não informam a que gênero eles pertencem, conquanto Braga (1876, p. VI-VII) tenha dado indícios de que os considere masculinos. O equilíbrio desses números evidencia o quão controvertido tem sido esse tema na história da gramaticografia portuguesa.

**Conclusões**

Por mais que o vínculo diacrônico dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* com as formas neutras latinas *istud*, *ipsum* e *(accu)illud* seja praticamente unânime entre linguistas históricos e filólogos, segundo o exposto nos itens ‘A formação dos pronomes demonstrativos portugueses: evidências fonéticas, morfológicas e dêiticas’ e ‘A formação dos pronomes demonstrativos portugueses: evidências sintáticas’, isso não implicou que todos os gramáticos lusófonos assim os classificassem durante cinco séculos de gramaticografia. Cientes ou não desse vínculo, os gramáticos anteriores a Fonseca (1799) descreviam o português por meio da metalinguagem gramatical latina, o que em tese os teria impelido a classificar tais demonstrativos como neutros, seja para exaltar a latinidade do idioma pátrio, seja para demonstrar as simetrias entre ambos os idiomas. Entretanto, apenas Barros (1540) procedeu assim, dentre os autores analisados. Oliveira (1536), vale lembrar, considerou que eles tivessem gênero indeterminado porque não reconhecia a existência do neutro em português enquanto propriedade gramatical. Roboredo (1619), Argote (1725) e Lobato (1770), por seu turno, passaram tangencialmente pelo tema sem atribuir-lhes nenhum gênero. Fonseca (1799), no intuito de elaborar uma gramática com uma metalinguagem vernácula, também rejeitava a existência de um gênero neutro em português e, para comprová-lo, apresentou argumentos morfossintáticos. Barbosa (1822), divergindo do seu predecessor, enquadrou os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* no gênero neutro porque não via neles nem as marcas gramaticais do masculino, tampouco as do feminino. Divergências dessa ordem prosseguiram até mesmo dentre os gramáticos de viés

comparatista. Embora estivessem familiarizados com as origens neutras desses demonstrativos, Dias (1888) e Coelho (1891) optaram por classificá-los como masculinos, enquanto Ribeiro (1920) optou por classificá-los como neutros, enfatizando os elos diacrônicos com o latim. O mesmo sucedeu com os gramáticos posteriores às nomenclaturas oficiais. Cunha e Cintra (2008) e Almeida (2009) os classificaram como neutros; Bechara (2015), como masculinos. O cerne de todas essas divergências está justamente no caráter **residual** do gênero neutro nas línguas românicas, que possuem vestígios de outras antigas propriedades gramaticais do latim como o particípio futuro, que aparece de modo petrificado em palavras eruditas como *nascituro* (i.e. “aquele que vai nascer”) – o que, por si só, não validaria a existência dessa forma nominal em português. Por um lado, seria plausível enquadrar os demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo* no gênero masculino argumentando que a eles podem associar-se adjetivos masculinos em construções predicativas: *isto é bom*, *aquilo é mau*. Por outro, não seria menos plausível enquadrá-los no gênero neutro argumentando que, para além dos vínculos diacrônicos, tais demonstrativos **não** podem acompanhar substantivos masculinos: *\*isto negócio*, *\*isso sucesso*. Nem mesmo gramáticos da mesma época ou da mesma vertente chegaram a um consenso. Embora tenha sido um nome proeminente da Linguística Histórico-Comparatista, Dias (1888) classificou-os como masculinos; Cunha e Cintra (2008), por outro lado, classificaram-no como neutros, ainda que sua obra contenha poucos apontamentos diacrônicos. Enfim, não há nesse caso uma escolha correta ou errada a fazer nem há incompatibilidades absolutas entre as perspectivas sincrônica e diacrônica no domínio da Gramática.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ALTMAN, Cristina. **História, estórias e Historiografia da Linguística brasileira**. Revista Todas as Letras, v.14, n.1, 2012.

ARGOTE, Jerônimo Contador de. **Regras da lingua portugueza, espelho da latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza**. 2<sup>a</sup> impressão. Lisboa Ocidental: Officina da Musica, 1725.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARBOSA, Jerônimo Soares. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral applicados á Nossa Linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

BARROS, João de. **Grammatica da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Ludouicum Rotorigiũ Typographum, 1540.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica: História Interna das Línguas Românicas**, vol. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BECCARI, Alessandro Jocelito. **Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português**: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário. Tese de doutorado em Letras. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curso de Pós-Graduação em Letras/UFPR, Curitiba, 2013.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BRAGA, Teófilo. **Grammatica portugueza elementar**. Porto: Editora Livraria Portugueza e Estrangeira, 1876.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Historiografia da língua portuguesa**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.

BYBEE, Joan. **Mudança linguística**. Tradução, apresentação e notas de Marcos Bagno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

COELHO, Adolfo. **Noções elementares de grammatica portugueza**. Porto: Lemos & C.<sup>A</sup>, 1891.

COELHO, Sónia. **As ideias linguísticas nos Prólogos das gramáticas de Pedro José da Fonseca (1799) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822)**. Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2011, pp. 168-181.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011, 360 p.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

DIAS, Epifânio. **Grammatica portugueza elementar**. 7ª ed. rev. Lisboa: Livraria Escolar, 1888.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FONSECA, Pedro José da. **Rudimentos da grammatica portugueza**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

GONÇALVES, Maria Filomena (2012): **Gramáticas do português na transição do século XIX para o século XX: a gramática científica**. A. M. Cestero Mancera, I. Molina Martos, F. Paredes García, *Le lengua lugar de encuentro*. Actas del XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística.

KOERNER, E.F.K. (1994): **Historiography of Linguistics**. In: Asher R[onald] E. / Simpson, J[ames] M. Y. (eds.): *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, vol. III. Oxford; New York: Pergamon Press, 1570-1578. Traduzido ao português por Susana Fontes. In: **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LEÃO, Duarte Nunes de. **Origem da lingoa portuguesa**. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana, Humanitas, 2007. 334 p.

LEITE, Marli Quadros. **Considerações sobre uso e Norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619)**, de Amaro de Roboredo. *Filol. linguíst. port.*, n. 13(2), p. 337-368, 2011b.

LOBATO, António José dos Reis. **Arte da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1770.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. **Gramática do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

OLIVEIRA, Fernão de, 1507-c. 1581. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. - Em Lixboa: e[m] casa d'Germão Galharde, 27 Ianeyro 1536. - [38] f. ; 4° (20 cm). Disponível em: <https://purl.pt/120>. Acesso em: janeiro de 2024.

PIDAL, Ramón Menéndez. **Orígenes del Español**. Madrid: Espasa-Calpe, 1950.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. 2ª ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1885.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Linguística**. Tradução de Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROBOREDO, Amaro de. **Methodo grammatical para todas as linguas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964a.

SAID ALI, M. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964b.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SWIGGERS, Pierre. **História, historiografia da linguística: status, modelos e classificações**. Eutomia (revista *online*), 2010. Disponível em: <[www.revistaeutomia.com.br/](http://www.revistaeutomia.com.br/)>. Acesso em: janeiro de 2024.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2011.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

### Como referenciar este artigo

CARDOSO, Rogério Augusto Monteiro. O gênero dos pronomes demonstrativos *isto*, *isso* e *aquilo*: um estudo histórico e historiográfico. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.45, n.1, 2024, p. 8-37.

*Submetido em: 31/01/2024*

*Aceito em: 30/09/2024*